



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2021 - UNEMAT

Contrato que entre si celebram a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO** e a empresa **CIVIAM COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço técnico, de natureza singular, em manutenção e substituição de peças em simuladores: braço avançado para venipuntura e injeção; braço avançado de injeções venosa e muscular e intradérmica com geração de pulso, modelo 50c, em atendimento a Faculdade de Ciências Médicas do Câmpus Universitário Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Contrato que entre si celebram, de um lado a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT**, criada sob a forma de Fundação através da Lei Complementar nº 030, de 15 de dezembro de 1.990, alterada pela Lei Complementar nº 519, de 30 de Junho de 2008, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.357.770/0001-30, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1.095, Bairro Cavalhada III, na cidade Cáceres-MT, neste ato representada pela Vice-Reitora Prof. Drª **Nilce Maria Da Silva** Ato governamental nº 29.609/2018 publicado no DOE de nº 27396, página 18, do dia 06 de dezembro de 2018, Reitera em Substituição de acordo com a portaria nº 1290/2020-UNEMAT, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado, a Empresa **CIVIAM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.834.272/0001-19 com sede na Rua Pirapora nº 103, Bairro: Vila Mariana – São Paulo - SP, CEP: 04.008-060, neste ato representado pelo Sr. **Mauricio Della Rosa**, brasileiro, solteiro, maior capaz, empresário, portador da C.I. nº 16.297.494-2 SSP/SP e CPF nº 128.964.698-85, residente e domiciliado na cidade de São Paulo - SP, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, nos termos do **Processo 402806-UNEMAT**, Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, têm como justos, pactuados e contratados este ajuste, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

I - OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviço técnico, de natureza singular, em manutenção e substituição de peças em simuladores: braço avançado para venipuntura e injeção; braço avançado de injeções venosa e muscular e intradérmica com geração de pulso, modelo 50c, em atendimento a Faculdade de Ciências Médicas do Câmpus Universitário Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**,

1.2. Para a presente contratação foi autorizada a **Inexigibilidade de Licitação** nº 008/2020/UNEMAT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Estadual nº 840/2017 e suas respectivas alterações posteriores.

1.3. Independentemente de transcrição fazem parte deste contrato a **Autorização de Inexigibilidade de Licitação** nº 008/2020-UNEMAT e o **Processo Administrativo nº 402806/2020 – UNEMAT**

II - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS:

2.1. As normas, manuais, instruções e especificações vigentes na ABNT, deverão ser obedecidas;

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
Av. Tancredo Neves, 1095 – Cavalhada III CEP: 78200-600 - Cáceres/MT Fone/Fax : (66) 3221 0086/0089
Site: www.unemat.br / E-mail: contratos@unemat.br

MAURICIO DELLA ROSA:128954698
85
Assinado eletronicamente por:
MAURICIO DELLA ROSA:128954698
Data: 2021.03.04 08:33:18
-0304

[Assinaturas manuais e rubricas]



...the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...

... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...
... the ... of ...



Toda mão de obra contratada deverá possuir habilidade e experiência para executar adequadamente o serviço que lhe for atribuído;

2.2. O contratado deverá fornecer equipamentos e apetrechos dos tipos e quantidades que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente o serviço;

2.3. O contratado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço;

2.4. O serviço será considerado concluído quando cumprido todas as etapas previstas e aceitas pela fiscalização da UNEMAT.

III- PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo contratual para início dos serviços será em dias consecutivos a partir do recebimento da Ordem de Serviços, pelo contratado;

3.2. A Ordem de Serviço deverá ser expedida pela **Supervisão de Acompanhamento de Contratos - SAC** da contratante, dentro do prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

IV - PRAZO PARA A CONCLUSÃO

4.1. O serviço de manutenção ora contratado deverá ser concluído em até 10(dez) dias, contado a partir da emissão da ordem de prestação de serviços podendo ser prorrogado para mais ou para menos conforme a necessidade, em acordo entre as partes, devidamente autorizado pela (o) dirigente máxima da instituição, nos termos da Lei 8.666/93.

V - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a partir da data de assinatura do contrato.

VI - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 Conforme faculta a legislação vigente, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE não exigirá prestação de garantia para a presente contratação.

VII - PREÇOS E MEDIÇÕES

7.1. Os serviços contratados e executados serão pagos com base nos preços integrantes da proposta aprovada;

Os serviços serão medidos em parcela única pelo fiscal, designado(s) pela representante legal da contratante;

7.2. A medição constará de termo de recebimento definitivo, contendo a relação do serviço constante da proposta de preço aprovada;

7.3. A medição deverá ser encaminhada pelo fiscal ao setor financeiro da Universidade do Estado de Mato Grosso;

7.4. A nota fiscal de prestação de serviços deverá ser encaminhada pelo contratado, quando concluídos todos os serviços.

VIII- PAGAMENTO

8.1. Para pagamento, a medição deverá ser acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome da **Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT**, devidamente atestada pela Fiscalização da UNEMAT. O pagamento será efetuado pela **Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT**.

8.2. Será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplimento da parcela;

[Assinatura manuscrita]

2/7
Diretoria de Contratos
UNEMAT



In the second section, the author elaborates on the specific challenges faced by the organization and the steps being taken to address them. There is a mention of a recent meeting and the decisions made there. The tone remains serious and focused on the task at hand.

The third section provides a detailed account of the progress made since the last report. It lists several key achievements and areas where further work is needed. The author uses a mix of general statements and specific examples to illustrate the points. The overall impression is one of diligent effort and a commitment to improvement.

The final part of the document is a conclusion or summary, reiterating the main findings and recommendations. It calls for continued support and cooperation from all stakeholders. The document ends with a formal sign-off, likely the name of the official responsible for its preparation.



8.3. O pagamento será realizado após analisada a regularidade documental encaminhada e atestada pelo fiscal da contratante;

8.4. Se por motivo não imputável ao contratado, o pagamento da medição do serviço ocorrer após o 30º (trigésimo) dia de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento;

8.5. O pagamento da fatura fica condicionado à apresentação pelo contratado dos seguintes documentos:

a) Certidão de Registro de Contrato dos Serviços no CREA.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

b.1) Certidão de quitação de Tributos Federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

b.2) Certidão quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

b.3) CND - Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda, do respectivo domicílio tributário.

b.4) Certidão expedida pela Prefeitura Municipal;

c) CNDT - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

8.6. O pagamento da fatura não será considerado como aceitação definitiva do serviço e não isentará o contratado das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

8.7. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

8.8. O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)

IX - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Será designado o servidor **Everson Mariano França, matrícula: 127659**, portaria a ser confeccionada, para exercer a fiscalização do evento e sua execução e na sua ausência na qualidade de suplente o servidor **Gleber Nelson Marques, matrícula nº 131934**, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à Contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do Contratante ou terceiros ligados aos serviços.

9.1.1. O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.

9.2. As atribuições do fiscal do Contrato, que deve conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação, sanando qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa Contratada, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do Contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

[Assinatura manuscrita]
Diretor Administrativo



[The text in this block is extremely faint and illegible. It appears to be a multi-paragraph document, possibly a letter or a report, with several lines of text visible across the page.]



- g) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no Contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- h) liberar as faturas ou notas fiscais;
- i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- j) receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- l) manter controle das notas fiscais emitidas a fim de evitar que o valor do Contrato seja ultrapassado;
- m) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).
- n) comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização para que assuma o substituto;
- o) solicitar, em tempo hábil, com a concordância da unidade solicitante, os aditamentos do Contrato;
- p) receber e dar o encaminhamento devido às dúvidas ou questionamentos;
- q) confeccionar relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da obra, ou de serviços contratados, ou de entrega de materiais;
- r) apresentar, quando solicitado, especialmente pelos órgãos de controle, relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da obra, ou de serviços contratado, ou de entrega de materiais;

9.3. Cabendo ao fiscal acompanhar os prazos do Contrato, informando aos interessados e providenciando, em tempo hábil, a solicitação de aditamentos e alterações à Supervisão de Acompanhamento de Contratos;

9.4. O fiscal, a fim de se resguardar, deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis.

X - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Executado o contrato, os serviços serão recebidos através de termo provisório e após, definitivo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias do comunicado escrito do contratado;
- b) Definitivamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Provisório; e,
- c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, podendo ocorrer solicitação para correção de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecido pela Lei.

XI - VALOR E DOTAÇÃO

11.1. O valor dos serviços, objeto deste Contrato é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

11.2. Mediante termo aditivo autorizado pela contratante, poderá ser efetuados acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

11.3. As alterações do valor do contrato decorrentes de modificações de quantitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de termos aditivos, os quais deverão ser autorizados pela Magnífica Reitora.

11.4. As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente contratação deverão ser apropriadas na seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 26.201 –

[Assinatura manuscrita]
Diretoria de Contratos

Handwritten header text, possibly a date or reference number, located at the top left of the page.



Main body of handwritten text, consisting of several paragraphs. The text is dense and appears to be a formal letter or report.

Second main body of handwritten text, continuing the narrative or report. It includes several lines of text with some visible spacing and punctuation.

Final section of handwritten text at the bottom of the page, possibly a signature or concluding remarks.



Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

UG.: 13

Função: 12

Sub função: 364

Programa: 528

Projeto/Atividade: 2532.9900

Natureza de Despesa: 3390.3000 / 3390.3900;

Fonte: 100 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual

Público Alvo: Faculdade de Ciências Médicas – Curso de Medicina da Universidade do Estado de Mato Grosso

11.5. Nos exercícios seguintes, se for o caso, durante a vigência do contrato, as despesas correrão a conta dos créditos próprios consignados na Lei Orçamentária Anual a cargo da **Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**.

XII – DA RESCISÃO, DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO PREVISTAS NO ART.77 DA LEI FEDERAL 8666/93

12.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pelos contratados, assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

XIII – DAS SANÇÕES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho, na forma seguinte:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art.87, I, II, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, na UNEMAT poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

13.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, se automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

Diretoria Adm. e Contratos



The first of these is the fact that the United States has a long and proud history of leadership in the world. This leadership has been based on a set of principles that are simple and clear. These principles are the principles of democracy, freedom, and justice. They are the principles that have made the United States a great nation. They are the principles that have made the United States a nation that is respected and admired by all people everywhere.

The second of these is the fact that the United States has a strong and powerful economy. This economy has been built on a foundation of hard work, innovation, and enterprise. It is an economy that has produced a standard of living that is second to none in the world. It is an economy that has made the United States a nation that is rich and prosperous. It is an economy that has made the United States a nation that is able to stand up to any challenge that may come its way.

The third of these is the fact that the United States has a strong and powerful military. This military has been built on a foundation of courage, sacrifice, and honor. It is a military that has protected the United States from all threats that may come its way. It is a military that has made the United States a nation that is respected and admired by all people everywhere. It is a military that has made the United States a nation that is able to stand up to any challenge that may come its way.



13.6. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato sujeita a contratada a multas, consoante o caput e o 1º do art.86 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da nota de empenho, na forma seguinte:

13.7. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05(cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no cadastro de fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.8. Caso a contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pela contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

13.9. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços, deverá ser encaminhada a UNEMAT, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do contratante a sua aceitação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, Resolução 358/05 – CONAMA e Lei 10.305/10, Decreto Estadual nº 840/2017 e suas respectivas alterações posteriores respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A Contratada fica obrigada a aceitar na mesma condição contratual, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

14.3. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.4. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.5. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.6. Não será permitido a subcontratação parcial ou total do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa contratada, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.

XV – DO DIREITO DE PETIÇÃO

15.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

XVI – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos relativos à execução deste contrato administrativo serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 7.696/02 e Decreto Estadual nº 840/2017 e suas respectivas alterações posteriores, bem como as demais legislações complementares aplicáveis a espécie.



XVII - DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS: FORO

18.1. Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o foro da cidade Cáceres, Estado de Mato Grosso.

18.2. E, por estarem de pleno acordo com o que nele se contém este Instrumento contratual, vai assinado pelo representante da contratante e o contratado, pelas duas testemunhas abaixo.

Cáceres - MT, 25 de fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Prof.^a Dr.^a NILCE MARIA DA SILVA
REITORA EM SUBSTITUIÇÃO

MAURICIO DELLA
ROSA:128964698
85

Assinado de forma digital
por MAURICIO DELLA
ROSA:12896469885
Dados: 2021.03.03
08:37:01 -03'00'

CIVIAM COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
MAURICIO DELLA ROSSA
SÓCIO

TESTEMUNHAS:

Nome: Clebes Cosendey de Souza
RG: 1220667-9 - SJ/MT

Nome: Anderson A. Francisco de Paula
RG: 23045509-6 SSP/MT

SAMUEL LONGO
Assessor Especial de Aquisições
UNEMAT - Reitoria
Matrícula nº 121180